

18 OUT 1968

# Por uma fatia maior

ame p-2

Embora contrariado com a distribuição de receitas prevista no projeto de Constituição que está sendo votado pela Comissão de Sistematização, o Governo Federal desistiu de tentar substituí-lo. Poderá buscar a aprovação de uma ou outra emenda. Mas já sabe que não conseguirá mexer na essência do projeto, que é redistribuir renda da União para os Estados e os Municípios. Essa posição foi mostrada por um alto funcionário do Ministério da Fazenda que, digase de passagem, fez o que estava a seu alcance para advertir dos riscos do projeto.

Durante o regime militar, justificava-se a crescente concentração da receita nas mãos da União, alegando-se que Estados e Municípios não sabiam gastar os recursos públicos. Ficavam construindo fontes luminosas enquanto o Governo Federal precisava de dinheiro para construir o País. E assim a União passou a controlar mais de cinquenta por cento da arrecadação, deixando apenas 37 por cento para os Estados e treze por cento para os Municípios.

Esborado o mito da supereficiência do Governo centralizado, forte e tecnocrático, diante das Ferrovias do Aço e dos programas nucleares, passou-se ao extremo oposto. Agora, a União é que se distancia das necessidades populares, enquanto o Município, sim, é quem sabe das coisas. Afinal, todo mundo mora em um Município, ou em um Estado, enquanto a União é mero conceito abstrato. Redistribuíam-se então

as receitas, deixando-se, como pode ocorrer caso aprovado o projeto em votação, pouco mais de trinta por cento do total para a União.

O problema está em que a tal idéia das fontes luminosas não fica tão longe da realidade. Está aí o governo do Piauí, que acaba de construir imensa letra A de concreto no centro de Teresina. De quebra, as folhas de pagamento do funcionalismo foram bastante engordadas e certamente o serão ainda mais, se mais dinheiro houver, mantendo-se, claro, uma razoável proporção de marajás.

Estados e Municípios têm necessidade de mais recursos, é verdade. No entanto, ninguém acredita que, concedida essa verba extra, ela passará a ser bem gasta. Rigorosamente falando, nenhuma atribuição federal passará aos outros governos. E a União ficará de cofres vazios.

Prevenindo-se contra isso, o Governo Federal estuda um novo pacote tributário. E, também prevenindo-se contra eventual negação da Constituinte ou um possível boicote do Planalto, os Estados e Municípios estão forçando um aumento de suas receitas. Exemplo é o fim das isenções de ICM, que vem por aí aumentando o preço da comida de todo o mundo. Está desencadeada uma corrida, cujo término ninguém sabe onde fica, mas cujos efeitos o contribuinte sente cada vez mais, no bolso.